

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelaja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 700 exemplares

Nº 1005

Fenajufe debate luta pelo PCS em reunião de Diretoria

Documento com a avaliação do atual momento e indicativos para as bases será elaborado pelos diretores e encaminhado às entidades filiadas

Como demonstrado ao longo de 2010, aprovar os Planos de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário e do Ministério Público da União não será uma tarefa fácil, dependerá da união e mobilização de todos os sindicatos e servidores da base. Essa foi uma das discussões dos coordenadores da Fenajufe durante reunião ocorrida neste sábado, 15, que avaliou e debateu estratégias de atuação pela apreciação dos projetos de lei nºs 6613/09 e 6697/09 no Congresso Nacional (PCSs do Judiciário e MPU).

No dia 1º de fevereiro deputados e senadores tomam posse para dar início à nova Legislatura e durante esse mês diretores da Fenajufe já buscam contato com os parlamentares que assumiram o compromisso de trabalhar em defesa da reivindicação dos servidores.

Os coordenadores da Federação destacaram a importância de a categoria compreender as circunstâncias envolvidas numa possível Greve do Judiciário. Um documento com a avaliação do atual momento e indicativos para as bases será elaborado pelos diretores e encaminhado às entidades filiadas. Além disso, é preciso retomar as pressões sobre o STF e o governo federal.

A Coordenação do SINTRAJUSC irá aguardar a avaliação, considerada fundamental para que a Fe-

deração faça uma auto-crítica em relação à luta travada em 2010, seus avanços e recuos. O Sindicato também está fazendo avaliação a partir da realidade em SC (veja no verso).

No final de 2010 foi possível apenas a inclusão na Lei Orçamentária (LOA) de 2011 da emenda que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar para a revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal e MPU.

Porém, é inegável que será um desafio arrancar do governo os recursos necessários para a implementação dos PCSs e o convencimento do presidente do STF, ministro Cezar Peluso, para que exija a valorização de seus servidores, tendo em vista a inércia constatada no ano passado.

Uma nova reunião da Diretoria da Fenajufe ficou agendada para o dia 26 de fevereiro. Para 23 de março, foi aprovada proposta de Dia Nacional de Mobilização. O objetivo é que servidores do Judiciário de todo o Brasil participem de atos promovidos por seus sindicatos na luta pela aprovação dos PCSs e contra o PLP nº 549/2009, projeto de lei complementar que restringe os reajustes salariais da administração pública por 10 anos. Para o dia 26 de março há indicativo de Reunião Ampliada.

Com informações da Fenajufe

Coordenação do Sindicato reúne-se e traça prioridades para 2011

Em reunião realizada neste sábado, dia 15, a Coordenação do SINTRAJUSC debateu e encaminhou uma série de iniciativas de interesse da categoria. Os dois primeiros pontos de discussão foram a conjuntura geral e interna do Judiciário que levará à não-garantia de pagamento do PCS4, ou parte dele, em 2011. Um dos encaminhamentos foi preparar um texto conjunto a ser enviado a todos os dirigentes sindicais da base da FENAJUFE com a avaliação do SINTRAJUSC sobre as diretrizes para a retomada da luta. O texto proposto pela Direção do SINTRAJUSC deverá ser objeto de discussão na categoria.

CENÁRIO NOVO

É importante assinalar que, com a mudança de governo e os indícios de insatisfação por parte dos magistrados em relação aos próprios vencimentos, arma-se um cenário novo em relação ao do ano passado. Portanto, é necessário avaliar esses novos elementos e também questões internas à categoria, tais como a forma como o movimento

foi tratado pela cúpula do Judiciário (retaliações, corte de ponto, compensação de horas e não por reposição de trabalho) e também a divisão interna em relação à forma de revisão salarial. Tudo isso teve conseqüências, e é a partir delas que iremos traçar as estratégias para 2011.

SAÚDE

Com relação ao Setor Jurídico, a Coordenação do SINTRAJUSC discutiu as reformulações que estão em andamento para melhor atender os filiados e que serão divulgadas em breve, em um Informe específico sobre essa área. Outro tema, o projeto na área da saúde "Como vai você?" também foi avaliado na reunião.

O projeto, com o fim do recesso, será retomado com o objetivo de verificar as condições de saúde e de trabalho dos servidores do Judiciário Federal em SC e, a partir do conhecimento desta realidade, propor e encaminhar soluções que atendam a categoria. Leia mais notícias no próximo Boletim do Sindicato.

Para governo, reformas estão fora da pauta do Congresso

Questões como as reformas tributária, previdenciária, trabalhista e política não devem entrar na pauta do Congresso, pelo menos por enquanto, segundo o líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP). Ele ressalta que, neste início do ano, a agenda do Palácio do Planalto está centrada na aprovação de medidas provisórias sobre os mais variados temas, entre elas iniciativas para viabilizar a realização, no Brasil, da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Neste contexto, é fundamental que os servidores do Judiciário Federal avaliem as mudanças de cenário de uma legislatura para outra em relação à luta pelo PCS.

De acordo com o líder, há fortes indícios de que as reformas serão adiadas pela presidenta Dilma Rousseff. "Ela não falou isso para mim, mas eu soube que ela falou. Se for esta a vontade da presidente, é isso que será encaminhado", afirma. Vaccarezza também descarta um racha na base de apoio ao governo por conta da agenda legislativa. "É natural que numa base muito grande haja divergências sobre um determinado ponto ou outro, mas

não há indício de racha. Quando se fala em racha é um grupo que em todas as questões está divergindo do governo, e isso não existe", completa.

Os senadores e deputados que abrirão a nova legislatura, em fevereiro, encontrarão as pautas de votação do Senado e da Câmara tomadas por medidas provisórias (MPs). De acordo com informações da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas do Senado Federal, dez medidas trancam a pauta da Câmara e uma tem prioridade de votação no Plenário do Senado porque seus prazos de tramitação estão próximos de se esgotar.

Duas MPS, do total de 22, começam a trancar a pauta da Câmara em 20 de fevereiro e outra, no dia 26. As outras 8 medidas foram editadas já no período de recesso parlamentar e, com isso, o seu prazo de tramitação só começará a contar a partir do momento em que forem lidas, o que deve ocorrer no dia 3 de fevereiro.

Fontes: Agências da Câmara e do Senado